



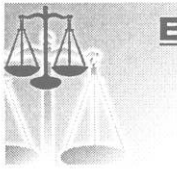
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

ANTÔNIO BARBOSA DA SILVA, brasileiro, casado, oleiro, portador da CI 329.150 SSP-DF e inscrito no CPF sob o n.º 145.674.666-91, residente e domiciliado na Rua Carmo do Paranaíba, n.º 480, Bairro Santa Terezinha, Patos de Minas-MG, CEP 38.700-266, vem, respeitosamente, por seu Advogado que a esta subscreve apresentar DEFESA ADMINISTRATIVA em face do AUTO DE INFRAÇÃO n.º 019572/2006, sendo o autuante a Polícia Militar de Minas Gerais, consubstanciada nos fatos e fundamentos que expõe:

Em conformidade com o auto de infração acostado – n.º 019572/2006 – o Recorrente foi autuado em 29 de junho de 2007 sob a ocorrência de:

Por tal conduta, o Recorrente foi incurso nas infrações capituladas no artigo 87, inciso IV, e aplicada a agravante do artigo 69, inciso II, alínea “e”, ambos do Decreto Estadual n.º 44.309/06.

Por outro lado, o autuado foi considerado primário por não haver informações suas sobre reincidência em infrações ambientais.



Assim, pela infração ambiental foi aplicada ao Recorrente Multa Simples no valor de R\$ 20.001,33 (vinte mil e um reais e trinta e três centavos) e realizada apreensão de 15.000 (quinze mil) tijolos cerâmicos (tijolinhos).

DA IRREGULARIDADE DA AUTUAÇÃO

Inicialmente cumpre fazer algumas observações a respeito da existência de irregularidades na autuação que eivam de vícios o ato administrativo.

Anote-se que o Recorrente em 30 de maio de 2007 foi autuado – Auto de Infração n.º 042007/2007 – pelo mesmo órgão atuante, Polícia Militar de Minas Gerais, sob a ocorrência: “ 1º - *Executar a extração de mineral classe II (argila), sem a competente autorização do órgão ambiental;* 2º - *Funcionar uma olaria para fabricação manual de tijolinho de barro cerâmica, atividade que degrada o meio ambiente, sem apresentar no ato da fiscalização ambiental o licenciamento ambiental.* ”

A referida autuação já foi objeto de recurso interposto (18/06/2007) perante este respeitável órgão, conforme cópia acostada da petição e do Auto de Infração.

Ocorre que posterior à interposição do recurso, precisamente em 29 de junho de 2007, o Recorrente foi parado, quando transitava pelas ruas da cidade, por policiais militares que o informaram que o Auto de Infração n.º 042007/2007 estava incorreto e que por isso o estavam autuando novamente e o fizeram assinar dois novos autos de infração: n.º 019573/2006 e n.º 019572/2006.

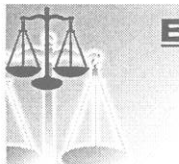
Anote-se os seguintes pontos:

1. Após já apresentada defesa no Auto de Infração n.º 042007/2007, o Recorrente foi autuado novamente pela mesma conduta – Autos n.º n.º 019573/2006 e n.º 019572/2006;
2. Que nos referidos Autos de Infração consta que um está vinculado ao outro;
3. Que no Auto de Infração n.º 019572/2006, consta que foi lavrado em SUBSTITUIÇÃO AO AUTO DE INFRAÇÃO N.º 042012/2007.
4. Que o Recorrente desconhece o Auto de Infração 042012/2007, sendo que foi diligenciado junto ao IEF e não foi localizado;
5. Que houve o Embargo Total da Obra sem a observação da disposição do Decreto Estadual 44.309/2006.

Portanto, a inobservância da forma e do procedimento eiva o ato de ilicitude.

Não se pode olvidar que a observância das formalidades constitui requisito de validade do ato administrativo.

Por outro lado, as irregularidades aqui apontadas servem para demonstrar a ausência de capacidade do agente autuante.



Ressalte-se que o Recorrente está recorrendo de infração que já fora objeto de recurso.

A propósito, verifica-se que se procedeu à duas autuações pela mesma conduta, sendo que na realidade o que de fato ocorre é um conflito aparente de normas, pois duas normas foram imputadas ao Recorrente em razão de um fato único, isto é, o Recorrente, mediante uma única ação ou omissão, ofende (aparentemente) as normas do artigo 96, IV (Auto de Infração n.º 019573/2006) e artigo 87, IV (Auto de Infração n.º 019572/2006).

Deveras, o que ocorre no conflito aparente de normas é que há unidade do fato e pluralidade de normas. Porém, a ofensa ao mundo naturalístico ocorre uma única vez, logo, somente pode ser punida uma única vez.

Não há como imputar ao Recorrente a prática do dois atos infracionais, pois as normas em questão dispõem sobre o mesmo assunto, ainda que em autos infracionais diferentes, o que enseja penalização exacerbada sem justificativa legal.

Em verdade, os artigos em discussão, supramencionados, visam a punir ausência de autorização legal para exploração de recurso mineral.

Assim sendo, em caso de procedência da autuação deverá ser observado o princípio da especialização e proceder à subsunção adequada, aplicando apenas um dos preceitos legais, qual seja, o que melhor se ajusta à conduta praticada, sob pena de *bis in idem*.

Por fim, advirta-se que resta sobejamente demonstrado pelas irregularidades que, não obstante o convênio firmado entre a PMMG e o IEF, os policiais militares não possuem capacidade técnica especializada para este tipo de autuação decorrente de infração ambiental, haja vista a dificuldade em saber diferenciar uma área de preservação permanente de uma área de reserva comum, bem como verificar o impacto ambiental e sua extensão.

Não poderia deixar de observar, ainda, o erro no número do presente auto de infração, pois consta o ano de 2006.

Pelo exposto, ante as irregularidades do ato administrativo que se mostram insanáveis, requer seja acolhida a presente defesa para declarar nula a autuação, procedendo ao arquivamento do Auto de Infração.

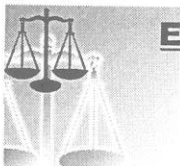
DAS CIRCUNSTÂNCIAS

Confirma o Recorrente que extraía a argila, bem como fabricava, manualmente, tijolinhos.

Entrementes, cumpre esclarecer que o Recorrente não praticou a conduta de suprimir vegetação em área de preservação permanente, conforme se vê das fotos acostadas e que poderá ser provado através de testemunhas.

Verifica-se que o Recorrente utilizava pequena área para a extração de argila e para a fabricação MANUAL de tijolinhos, sendo que a mata existente em sua propriedade sempre foi objeto de preservação (fotos acostadas).

Esclarece, ainda, que as atividades acima descritas eram realizadas em regime familiar. Não havia produção em grande escala de tijolinhos, a fabricação era manual.



Ressalte-se que o Recorrente é de baixo nível socioeconômico, com pouca escolaridade, pessoa humilde, com pouco conhecimento sobre as exigências legais, desconhecendo, pois, a necessidade de licenciamento para exercer a atividade de extração de argila e fabricação de tijolinhos. Mais a mais, cumpre ressaltar que o Recorrente realizava a atividade em regime familiar de onde retirava o sustento de sua família, ou seja, em hipótese alguma conjecturou que estava praticando uma conduta ilegal.

Ademais, o fato se mostra de menor gravidade, tendo em vista as conseqüências para o meio ambiente, pois se figura com baixo impacto.

Anote-se que o Recorrente, procurava impedir a degradação do meio ambiente, procedendo-se à recuperação do solo, conforme se vê das fotos anexas.

Ante o exposto, na eventualidade de subsistir a presente autuação não obstante as irregularidades apontadas, requer-se com fundamento nas circunstâncias acima apresentadas que se aplique somente a pena de advertência, ou, caso julgue necessária a aplicação de multa, sejam aplicadas as atenuantes cabíveis, procedendo a redução da multa.

CONCLUSÃO

Mediante todo exposto, requer:

I - Pelo exposto, ante as irregularidades do ato administrativo que se mostram insanáveis, requer seja acolhida a presente defesa para declarar nula a autuação, procedendo ao arquivamento do Auto de Infração;

II – Na eventualidade de subsistir o presente Auto, requer sejam observadas as circunstâncias em que ocorreu a conduta, que demonstram que a penalidade aplicada ao Recorrente se mostra exacerbada para o presente caso;

III - *Ad argumentandum tantum*, caso a Comissão julgue necessária a aplicação de pena de multa, requer que seja aplicada as atenuantes descritas no artigo 69 do Decreto Estadual 44.309/2006, procedendo-se à redução da multa.

Como prova dos fatos alegados, acosta os documentos e as fotografias em anexo e, se necessário, protesta pela oitiva de testemunhas e perícia.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Patos de Minas, 18 de julho de 2007.

Brian

Adv. BRIAN EPSTEIN CAMPOS

OAB/MG 85.491